

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL  
ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às nove horas, na ESCOLA DE GOVERNO DO DF – SGO Q. 01, AE 01, Brasília, DF, Brasil ocorreu a 25ª reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF e 5ª reunião conjunta CONAM/CRH-DF, sob a seguinte pauta: **1a)** Aprovação do calendário anual/2017 de reuniões ordinárias. **1b)** Crise Hídrica. **1c)** Qualidade da Água do Lago Paranoá. 2 – Informes. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, o presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA (SEMA), que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): RICARDO NOVAES RODRIGUES DA SILVA (SINESP), MAC LEONARDO DA SILVA SOUTO (SEAGRI), JOSÉ VOLTAIRE PEIXOTO (SEAGRI), ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH), (JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM), LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM), RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB), ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA), MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO (IBAMA/DF), JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA (EMBRAPA), LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (FÓRUM de ONGs), MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS (FÓRUM de ONGs), SÉRGIO KOIDE (UNB), GUTEMBERG UCHÔA DE ARAÚJO JÚNIOR (FECOMERCIO), ANA PAULA D. MACHADO DE CASTRO PESSOA (FRIBA), TEREZINHA LIMA (ÚNICA), CONCEIÇÃO DE MARIA A. ALVES (ABRH), MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES/DF), JOÃO MARCOS PAES DE ALMEIDA (ABES/DF), DALMA MARIA CAIXETA (ABES/DF), DELSON DA COSTA MATOS (CBH/MA) e WILIAN MARCELINO COELHO (CBH/MA). Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Participaram como convidados: Erica Yoshida de Freitas/ADASA, Camila Aida Campos/ADASA e Sérgio Augusto de Mendonça Ribeiro/SEMA/DF. O presidente do Conselho deu por aberta a 25ª reunião extraordinária do CRH-DF, procedendo com o **item 1a da pauta**. O calendário anual de reuniões ordinárias proposto pelo presidente foi aprovado por unanimidade com reuniões ordinárias previstas para os dias 08/03/2017, 24/05/2017, 09/08/2017 e 22/11/2017. O presidente ANDRÉ prosseguiu com o **item 1b da pauta** e lembrou que a reunião extraordinária foi convocada em atenção à conjuntura de crise hídrica que o DF vivencia. O conselho recebeu as equipes da ADASA, CAESB e IBRAM, que apresentaram dados sobre a crise hídrica no DF e a contaminação do Lago Paranoá, visando dar transparência do que está sendo feito para conter a crise. Seguindo a pauta dois assuntos foram apresentados: o primeiro referente ao recebimento de atualizações e informações da CAESB e da ADASA, que estão à frente no processo da crise hídrica dos reservatórios do DF. Passou a palavra à senhora **ÉRIKA** da Coordenação de Regulação – CORH, da Superintendência de Recursos Hídricos da ADASA que apresentou os dados atuais da crise hídrica. A **apresentadora** esclareceu que Resolução ADASA nº 13, de 15/08/2016 estabelece os volumes de referência e as ações de contenção em situações críticas de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria, visando assegurar os usos prioritários dos recursos hídricos. A referida Resolução foi a principal do ano de 2016 e estabeleceu os níveis dos reservatórios, com base nas simulações feitas pela ADASA e CAESB. O 1º nível: estado de atenção do reservatório com 60% do seu volume útil. O 2º nível: estado de alerta com 40% do seu volume útil. O 3º nível: reservatórios com 20% do seu volume útil, estado de restrição de uso. Esta Resolução também determinou a criação de Grupo de Acompanhamento para avaliar a situação hídrica e discutir diretrizes e ações para mitigar os efeitos da escassez hídrica. A **apresentadora** esclareceu que, ao atingir 40% do seu volume útil a ADASA emitiu a Resolução que trata da Tarifa, no dia 07 de outubro de 2016, resultante de muitas conversas entre os órgãos para receber sugestões. Para a aprovação desta Resolução, na audiência pública

nº 5 foram feitas duas seções. Em seguida, quando o nível do reservatório chegou a 40% veio a Resolução nº15 sobre a situação crítica de escassez hídrica, suspendendo a emissão de outorgas e recomendando medidas para a população. Nesse momento a ADASA autorizou a CAESB a reduzir a pressão na rede de distribuição, o que foi implementado a partir de setembro. **A apresentadora** informou que a redução de pressão provocou a falta d'água nos sistemas isolados nas regiões de Brazlândia, Jardim Botânico, Planaltina, São Sebastião e Sobradinho I e II, e a CAESB não tinha como capturar água para abastecer essas regiões. A seguir a ADASA publicou nova Resolução determinando sistema de rodízio nesses sistemas isolados. Informou que também foi necessária a redução de 50% da vazão outorgada para o canal Santos Dumont, onde eles captam a água acima e com isso aumentou a disponibilidade de água para a CAESB. A seguir a ADASA, em conversa com os proprietários dos caminhões pipa do DF decidiu pela diminuição do período de captura da água, autorizando o período de 06h00min as 14h00min e passou a exigir o ato de outorga na hora da captação para facilitar a fiscalização e suspendeu novas outorgas. Nesse contexto também foi proferida reunião da ADASA com o Sindcombustível. O resultado foi a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC e uma nova Resolução que reduzia a vazão de outorga dos poços do DF em 50% e suspensão de outorga para águas subterrâneas. **A apresentadora** informou que a equipe da outorga fez uma força tarefa e levantou os principais usuários, ligou para muitos deles para avisar sobre a Resolução. Informou que a meta é avaliar o impacto desse TAC e da Resolução. Outras medidas foram adotadas, a exemplo da revisão da Resolução nº 350, da outorga, que está sendo processada junto aos CBHs, o CRH e em audiências públicas. Também está sendo trabalhada a Recarga de Aquíferos. A Resolução sobre Recarga Artificial já está com a diretoria, essa será feita junto à Superintendência do Monitoramento e em breve será aberta para consulta e audiência pública. Informou que a ADASA contratou consultoria que está fazendo um estudo sobre disponibilidade de água subterrânea por região administrativa do DF e no futuro pretende lançar resoluções que ajudem a Outorga. Informou que em breve a Resolução nº 16 será revogada. O conselheiro **MONTENEGRO (ABES/DF)** informou que participou, pela ABES, do debate na audiência pública sobre a revisão da Resolução que trata de outorga e também participou do tema na apresentação da ADASA. Disse que lhe chamou à atenção a questão dos caminhões pipa, sobretudo, a dificuldade em verificar se de fato estão atendendo à regulamentação. Salientou que é possível fazer isso com um custo muito barato. Lembrou que a NOVACAP possui sistema de monitoramento eletrônico dos caminhões, por meio de chips, que funciona a contento, com baixo custo e que ajudou a reduzir os gastos com pagamento por quilometragem. Recomendou que a ADASA adotasse este tipo de controle dos caminhões pipa para coleta de água e para os limpa fossa, por meio de chips, para facilitar o monitoramento. Isto também pode ser adotado para as caçambas que atuam na coleta de resíduo da construção civil, visto que a ação destes atores possuem impactos direto na questão hídrica. A conselheira **MÔNICA VERÍSSIMO (FÓRUM de ONGs)** questionou o processo de modelagem usado para estabelecer os níveis dos reservatórios constantes da Resolução nº 013/2016, visto que a ADASA espera o reservatório chegar a 20% do volume para tomar medidas de racionamento. Salientou que este momento é crítico para agir. Sugeriu estabelecer os 50% ao invés de 20%. O presidente do Conselho esclareceu que o assunto dos dados e dos números da situação do Lago, está na próxima pauta. **A CAMILA (ADASA)** esclareceu que foi estabelecido pela Resolução nº 013/2016, os níveis de 60%, 40% e 20% nos reservatórios e para cada nível foram recomendadas pela referida Resolução medidas a serem adotadas. Isto está sendo cumprido. A representante da ADASA explicou que, em acordo com a análise do comportamento hidrológico do DF, o momento em que os reservatórios atingirem este nível de 20%, o DF estará próximo ao período de chuvas e nesse momento se espera redução no nível da demanda e elevação dos níveis do reservatório. A conselheira **MÔNICA (FÓRUM de ONGs)** voltou a insistir que deve ser trabalhado um nível maior, por volta de 45% para a medida de

acionamento, visto que as modelagens do INPE apontam para a redução progressiva da quantidade de chuvas e, ainda, pelo fato desses reservatórios não terem volume morto. O presidente solicitou que prosseguisse com as apresentações e o debate fosse feito ao final, o que foi atendido. Esclareceu que o debate sobre os níveis definidos na Resolução nº 013/2016 passou pela análise deste Conselho e pelas audiências públicas. A técnica **CAMILA (ADASA)** lembrou que as resoluções não são estáticas e os trabalhos do Grupo de Acompanhamento poderão aprimorá-las. O presidente **ANDRÉ** chamou a atenção para o fato de que a Resolução não estabeleceu aonde quer chegar. É preciso conversar sobre o que é possível e necessário ser feito durante o período das chuvas para que a situação hídrica no ano que vem não seja mais grave do que a que estamos vivenciando neste momento. O conselheiro **SÉRGIO KOIDE (UnB)** lembrou que, sobre a questão da Resolução nº 019/2016 é importante controlar as águas subterrâneas que é um problema real que temos que enfrentar no DF. Temos uma situação permanente de crise hídrica, assim, é preciso controlar todas as outorgas, principalmente as outorgas de água do setor agrícola, onde o maior problema é quando parar de chover e os produtores começarem a tirar água em grandes quantidades. Quando isto acontecer é preciso termos mecanismos de controle mais rígidos que abarque todas as outorgas, os desvios de canais etc. O conselheiro **ROGÉRIO (PM/DF)** informou que a Polícia Militar colocou-se à disposição para auxiliar na fiscalização ambiental do DF, visto que possui quinhentos policiais militares em condição de colaborar ativamente nessa questão em parceria com os órgãos de fiscalização. O presidente **ANDRÉ** informou que tomou ciência sobre possível Convênio para cooperação da ação de fiscalização, entre ADASA e Polícia Militar do DF, para fortalecer a fiscalização ambiental. Assim sendo, este Conselho deve manifestar apoio à concretização deste Convênio, visto que será muito favorável ao DF a sua efetivação. O conselheiro **DÉLCIO (CBH Preto)** lembrou que foram testados vários mecanismos de controle, mas a grande preocupação é se está sendo cumprido tudo aquilo que está nas normas, especialmente, sobre a preservação e defesa das nascentes. É preciso intensificar a fiscalização e controle na região da Fercal. O conselheiro **JORGE ENOCH (EMBRAPA)** parabenizou a ADASA, pela iniciativa, juntamente com a EMATER e SEAGRI, de realização de infraestrutura nos canais de irrigação na zona rural na região do Pipiripau. Esta iniciativa proporcionará uma economia de 50% da água que é levada para as zonas agrícolas. O conselheiro **JORGE ENOCH (EMBRAPA)** ressaltou que a fiscalização não vai dispor de pessoas suficiente para fiscalizar tudo, contudo, é preciso medidas inteligentes para poder fazer uma gestão adequada do que for mais significativo e o resto vai ser ação muito pontual. O presidente **ANDRÉ** lembrou que a fiscalização não é suficiente, mas precisa acontecer e ter um efeito dissuasório e didático, para isto é preciso uma estratégia. A conselheira **RAQUEL BROSTEL (CAESB)** apresentou informações sobre as precipitações na Região do Rio Descoberto e Santa Maria, bem como, os percentuais dos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria, nos últimos anos. A conselheira lembrou que as resoluções foram a melhor forma de comunicar a sociedade dessa situação da escassez hídrica e que as propagandas na mídia tem resposta muito pequena e lenta. Lembrou que a CAESB sabe que há um risco de prejuízo muito grande por danos na rede como resultante desse processo de racionamento e um risco de comprometer a qualidade da água, uma vez que ocorre o esvaziamento da rede e isso pode provocar rompimentos e infiltrações. O mais recomendado é a redução de pressão, isto vai inibir os consumos não prioritários e reduzir a pressão, o consumo, as perdas por vazamentos no período noturno etc. Informou que o Bananal que já está em obra, vai ofertar 600 litros por segundo e o Corumbá que também está em obras mais 1.400. O Paranoá está com esses recursos contingenciados e estão ocorrendo negociações com o Governo Federal para o descontingenciamento dos recursos. O maior problema dos sistemas isolados são os usos à montante. Todos os recursos da tarifa de contingência só podem ser usados para fins de melhorias do sistema e serão autorizados para uma conta específica. O conselheiro **GUTEMBERG (FECOMÉRCIO)** ressaltou que percebe

no debate a prevalência da ideia de penalização do consumidor, a exemplo do uso da fiscalização, do racionamento, da tarifação extra etc. No entanto, não há uma reflexão acerca de melhorias da tecnologia. Questionou se o que está sendo discutido neste conselho é o problema do racionamento de água ou o problema de avaliar a densidade pluviométrica média do ano que vem? Lembrou que os países do Oriente Médio convivem com a escassez de água gigantesca e investem muito em tecnologia. Aqui no DF é comum os vazamentos em todo lugar na cidade, desperdício de água e, no entanto, não há válvula de alerta para conter os vazamentos que por ventura sejam identificados. É Preciso fazer essa reflexão neste conselho. A conselheira **RAQUEL BROSTEL (CAESB)** lembrou que a parceria da CAESB com a SEAGRI é importante para melhorar o uso das águas para irrigação. Já foram transferidos 3.000 metros de tubo e queremos intensificar essa parceria com doação de mudas e previsão de plantio para 2017, no âmbito do programa Aliança para o Cerrado. Temos ações na mídia para sensibilizar os usuários. Em agosto e setembro foram retirados, em média, 5.100 litros/s. Hoje atingimos 4.300 l/s. A **CAMILA (ADASA)** ressaltou que em 2016 os únicos meses que se tinha registrado chuvas acima da média foram janeiro e novembro. O Descoberto começou a retomada dos níveis saindo dos 20% e está em 23%, a tendência agora é que ele continue subindo e espera-se que a subida seja mais rápida que a de dezembro para janeiro. O Santa Maria é mais preocupante porque está estagnado, apesar das chuvas mais intensas no Paranoá que na região do Descoberto. Informou que o Santa Maria está estável porque não está sendo usada as águas do Torto devido à alta turbidez. Então o Santa Maria está estável e se não subir logo a situação ficará preocupante, visto que em 2016 não verteu e 2017 não vai verter. O conselheiro **MOURÃO (FÓRUM de ONGs)** informou que o Fórum fez uma carta que contemplava algumas medidas que precisavam ser discutidas no Conselho, a exemplo: 1 - Estabelecer um prazo para que a CAESB informe ao CONAN e ao CRH como estão as APMs que foram desativadas e ou abandonadas e se há condições de reativação. Salientou que as APMs no DF foram esquecidas e são patrimônios inestimáveis e estão previstas na Lei Orgânica. Elas foram pouco a pouco tomadas por ocupações irregulares. Caso haja alguma APM que possa ser reativada, quais são as medidas que devem ser tomadas de curto e médio prazo para sua recuperação e quais os custos para incluímos nos orçamentos atuais e futuros. Lembrou que existem impeditivos em função da ocupação territorial regular e irregular dentro das APMs, mas é preciso saber o que deve ser alterado no PDOT para reativar as APMs. 2 - Outra medida indicada é de estabelecer condições de financiamento para que todos os prédios e condomínios adotem hidrômetros individuais, isso é fundamental. Em curto prazo sugeriu trazer para a sociedade dados consistentes e transparentes quanto à quantificação do uso por setores: comercial, residencial, industrial, de forma individual e individual e por região administrativa, que permitam implantação de medidas de economia de água por setor. O conselheiro **MONTENEGRO (ABES/DF)** lembrou que o Sistema Bananal já era pauta de investimento da CAESB em 1998. O sistema Corumbá IV não era pauta de investimento da CAESB e hoje a CAESB faz investimentos lá. No Lago Paranoá, a outorga é de 2012. Neste momento este Conselho está discutindo o Plano de Saneamento Básico do DF. Discutimos o que deve ser, de fato, o nosso futuro. Informou que a CAESB aumentou significativamente as perdas nos últimos anos, inclusive, porque tinha erro no cálculo e foram corrigidos e a água está com o valor mais justo. Então precisamos investir bastante em controle de perdas e a CAESB tem condição de apresentar um plano com prazos, custos e fontes, dizendo o que não tem fonte de financiamento e estabelecendo metas de onde quer chegar, para que a sociedade tenha condições de discutir. Ressaltou que este Conselho deve solicitar esta demanda da CAESB. Lembrou que a tarifa de contingência é uma previsão legal da lei de saneamento que diz o seguinte: “em situação crítica de escassez de recursos hídricos que obriga adoção de racionamento, declarado pelas autoridades gestoras de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência com o objetivo de cobrir custos adicionais

decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação de serviço e a gestão da demanda”. Então está previsto na lei. Salientou que no site da CAESB é possível ver, com o número de inscrição, o histórico do consumo, mas não tem uma referência do que seria um consumo ideal, que poderia ser usado como meta por cada consumidor. O conselheiro sugeriu que fosse feita uma Moção para que a CAESB apresente um plano detalhado de desdobramento do enfrentamento da crise. Sugeriu ainda, que este Conselho se manifeste, junto ao judiciário, no âmbito da ação que está noticiada no jornal do dia, dizendo que é correto haver uma tarifa de contingência e que isso deve continuar, porque seria desastroso coibir o uso desse mecanismo em um momento importante como este, inclusive, porque isto está previsto legalmente. O **presidente ANDRÉ** solicitou que o conselheiro **MONTENEGRO (ABES/DF)** minutasse essa Moção ao judiciário e que este conselho a aprecie ainda nesta reunião. Ele manifestou que, quanto ao plano de enfrentamento da crise, a ADASA, enquanto agência reguladora deve determinar que a CAESB o faça, visto que a ADASA dá a outorga. O conselheiro **SÉRGIO KOIDE (UnB)** lembrou que, provavelmente, os reservatórios não irão verter este ano, por isso, é necessário estabelecer metas e definir as ações para os meses de janeiro, fevereiro e março em função dos níveis que estão chegando. Lembrou a este Conselho que é preciso atentar para a questão da CEB no Paranoá. Salientou que não se recorda se a outorga de geração de energia é dada pela ANEEL. Disse tratar-se de usina completamente obsoleta que hoje faz mais mal do que bem. Ela é pouco eficiente na geração de energia visto que precisa jogar água para cima para poder aproveitar essa água. Em termos de qualidade da água, que é o nosso próximo tópico, a CEB também não faz um bom serviço. Esse esvaziamento que eventualmente ocorre, da forma como a CEB faz, turbinando, não é a melhor forma de fazer. Na verdade, se não estivesse gerando essa energia podia-se estar gerenciando melhor essas águas, inclusive na hora de liberar, vertendo a água com efeito mais positivo. Por último, o Conselheiro questionou a CAESB sobre o que é melhor: o racionamento ou a diminuição da pressão? O Conselheiro afirmou que viu no noticiário da TV que a redução de pressão seria mais ou menos fixa para cada zona de pressão. Perguntou se a CAESB está trabalhando com valores só como referência? A conselheira **RAQUEL BROSTEL (CAESB)** esclareceu que o ponto questionado pelo professor KOIDE é o mais crítico para a CAESB. Ela está fazendo tentativas e vai ajustando a rede. O conselheiro **JOÃO MARCOS (ABES/DF)** disse concordar com o professor KOIDE sobre a geração de energia no Lago e afirmou ser um grande desperdício. Sobre a questão do Bananal o conselheiro ressaltou que desde os anos 80 já se discutia essa opção e sempre havia entraves burocráticos e ambientais. Perguntou para a Conselheira **RAQUEL BROSTEL (CAESB)** se a parceria do DF com Estado de Goiás, por meio da CAESB e a SANEAGO vai ficar prejudicada, visto que os recursos para o Estado de Goiás foram cortados em virtude de irregularidades na obra. O quê isso afeta na programação da CAESB para a chegada de água para o ETA Corumbá em 2018, visto que é uma obra conjunta? O conselheiro **FREDERICO (ADEMI)** ressaltou que fazer hidrometração individual para prédios antigos é difícil e que não existe regulamentação de uso de águas cinza, de águas negras, de reuso de águas pluviais nessas edificações. Eventualmente os empreendedores gostariam de aplicar esses sistemas, não podem ou não fazem justamente por falta de regulação. Sugeriu que a ADASA e a CAESB regulamentem esses sistemas de reuso de águas pluviais, reuso de águas cinza, reuso de águas negras em edificações antigas e novas para que possam ser utilizados. O **presidente ANDRÉ** pediu à UNICOL para disponibilizar a palestra e a carta do Fórum aos conselheiros. O conselheiro **MOURÃO (FÓRUM de ONGs)** ressaltou que já se manifestou, inclusive na audiência pública, acerca da tarifa de contingência. Não é a primeira vez que se discute a destinação da tarifa de contingência prevista em Lei Federal. A Resolução da ADASA traz: “quando chegar há um determinado nível poderá ser adotada a tarifa de contingência de acordo com o Artigo 46 da Lei Federal 11.445”. Esta lei é clara quanto ao uso do recurso em ser Artigo 46, conforme já colocado pelo Conselheiro da ABES/DF. Sendo

assim, não é justo atribuir uma tarifa de contingência de um serviço que não é prestado, na verdade isso se destina a extensão da rede. A CAESB não adotou o racionamento porque várias medidas têm que ser tomadas e são caras para ser implementadas. A tarifa de contingência é para custos adicionais e não para outras destinações. Então a discussão da tarifa de contingência tem um caráter pedagógico, mas que não está na lei. Poderia tarifar no sentido de trazer uma proposta pedagógica de ensino para incentivar a redução de consumo, mas não é essa destinação que está na lei no Artigo 46. A seguir o conselheiro **MONTENEGRO (ABES/DF)** ressaltou que, de fato tudo reside na interpretação do Artigo 46 da Lei 11.445. Quando se diz “com o objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantido o equilíbrio financeiro da prestação do serviço”, isto é um dos objetivos quando se tem redução de consumo. A redução do consumo provoca quebra no faturamento de uma empresa que tem custo fixo e necessidades de investimentos. No momento que há a necessidade de fazer campanha para reduzir o consumo você está trabalhando para reduzir o faturamento em um momento que o sistema continua exigindo investimentos. Isto não é normal do ponto de vista econômico de mercado, ao contrário. Por isso essa questão de mencionar claramente, que um dos objetivos é garantir o equilíbrio financeiro da prestação e a gestão da demanda, que se dá inclusive pela conscientização do consumidor e também pelo hidrômetro mais preciso, por redução de perdas etc. O Conselheiro lembrou que na apresentação da CAESB foram mostradas várias medidas de gestão da demanda e algumas também de ampliação ou substituição da oferta. A CAESB também afirmou que vai aproveitar as APMs que estão abandonadas, a exemplo do Gama. A conselheira **RAQUEL BROSTEL (CAESB)** esclareceu que todas as APMs estão ainda vigentes, de acordo com o PDOT de 2009. Têm ocupações nas áreas das APMs, mas a CAESB, sempre está defendendo as APMs de todas as formas de ocupação. Existem, de fato, muitas ocupações, muitos condomínios e uma luta constante. Lembrou que o processo precisa ser melhorado. O governo precisa se comunicar melhor com a sociedade. A CAESB sabe que precisa avançar na melhoria dos consumos, das médias etc. Estes questionamentos serão levados e estudaremos como melhorar a comunicação com a sociedade, nas contas de água e também aqui neste Conselho para aprofundar as discussões. Quanto ao questionamento do **JOÃO MARCOS (ABES/DF)**, a proporção no Corumbá é 50%. O investimento é 50% da CAESB e 50% da SANEAGO. As vazões captadas serão divididas igualmente, nós dividimos as obras: a CAESB está fazendo a ETA e metade da adutora e a SANEAGO a captação e a outra metade da adutora. Metade da adutora de água bruta já está pronta a parte física da captação falta os equipamentos. A obra está parada. O presidente da CAESB **MAURÍCIO LUDOVICE** esteve na SANEAGO para conversar sobre a retomada da obra e a SANEAGO está tentando se estruturar para retomar os trabalhos, mas ainda não tem data marcada. Se demorar muito vai atrasar a agenda, mas eles estão mais adiantados nas obras e temos um ano e meio para concluirmos o trabalho. A parte de equipamentos nos permite avançar e cumprirmos a agenda. Quanto a tarifa de água ela já é progressiva. O **presidente ANDRÉ** pediu o apoio do Conselho para fazer uma recomendação ao Governador, para que promova, por intermédio da comunicação, uma campanha de conscientização da situação da crise hídrica no DF, ainda nesse momento de chuvas, para que a sociedade seja esclarecida de que, mesmo no período de chuvas vivemos um momento de crise hídrica. O **presidente ANDRÉ** sugeriu que fosse feito um ofício específico do presidente do conselho ao Governador e a todos os órgãos de governo envolvidos na questão encaminhando as recomendações deste Conselho. Foi deliberado que haja, por parte da ADASA, uma demanda à CAESB para apresentação de um plano com metas, fontes, planos e prazos para o enfrentamento da situação de crise atual nos reservatórios do Descoberto e Santa Maria. Lembrou que é consenso neste Conselho que a CAESB precisa investir muito em controle de perdas. A conselheira **MÔNICA VERÍSSIMO (FÓRUM de ONGs)** lembrou que em ciências políticas, a mídia é um relevante agente. Ela produz mais efeito que qualquer outro veículo. Sugeriu transparência no modo de

mostrar para a sociedade a crise hídrica e propôs um dia de curso para mídia nivelar o entendimento da crise hídrica. O **presidente ANDRÉ** fez o seguinte encaminhamento: A CAESB, SEMA e ADASA vão providenciar para 2017 uma oficina de um dia para nivelar o conhecimento da mídia sobre a questão hídrica no DF, o que foi aprovado. A Unidade de Colegiados informou que foi publicado o Decreto de nomeações dos Conselheiros do CRH e que este foi enviado aos conselheiros juntamente com o Termo de Posse. A seguir procedeu-se a apresentação do IBRAM sobre proliferação de algas no Lago Paranoá. O conselheiro **LUIZ RIOS (IBRAM)** informou que no dia 17 veiculou um aviso da ADASA, CAESB E IBRAM de que havia uma floração de algas no Lago Paranoá, também conhecida como cianobactérias. Foi feita uma investigação para apurar a mortalidade de peixes no Lago Sul. Foram feitas coletas de amostras. O DER e a NOVACAP colocaram placas de sinalização avisando à população de que naquele ponto, a água estava imprópria para banho e pesca. Esclareceu que o ocorrido é um fenômeno natural e pode aumentar ou diminuir, também pode se movimentar em função dos ventos. A área afetada corresponde a 5% do Lago Paranoá. A **CAMILA (ADASA)** lembrou que o lançamento de esgoto tratado da ETE Sul e da ETE Norte, apesar do tratamento efetuado ser do tipo terciário e remover parte da carga de nutrientes, sabe-se que ainda passa uma dada quantidade, então não remove 100%. Informou que outras entradas também contribuem muito, a exemplo das mais de 20 galerias de drenagem pluvial, nas quais foram feitas análises em todas elas em virtude das primeiras chuvas quando ocorre o carreamento de todas as impurezas para dentro do Lago Paranoá que é o ponto final da bacia do Paranoá. O Lago atua como termômetro e reage a tudo que acontece na bacia. Já temos os laudos preliminares dessas análises que nos revelam relevante semelhança dos lançamentos das galerias com o lançamento de efluente da ETE Sul. Outra ocorrência é o carreamento fertilizantes de jardinagem. Com o acúmulo de sedimentos no fundo a profundidade da água fica menor e a troca entre o sedimento e a água é facilitada. A suspensão de nutrientes provocada pelas chuvas revolve os nutrientes do fundo para a superfície e também contribui. A remoção das Matas Ripárias, que servem como filtros e hoje praticamente não existem é outro fator contribuinte, assim como o lançamento de dejetos das embarcações. A proliferação da cianobactérias está vinculada a diversos fatores naturais e antrópicos e estão intimamente relacionadas com a ocupação e o uso do solo em toda bacia do Paranoá. Vale ressaltar que o Lago Paranoá está localizado no final da bacia. É preciso pensar na ocupação e uso que está sendo feito em toda bacia, com efeitos em longo prazo. Informou que a CAESB está recebendo uma empresa que vai testar a aplicação de uma espécie de argila que combina com fósforo e que o sedimenta. Espera-se que este processo de retirada do fósforo da coluna d'água cesse o fornecimento de nutrientes das cianobactérias e elas morram. Isso é muito eficiente em outros lagos eutrofizados, a exemplo da Pampulha. Outra frente de ação governamental é o combate à grilagem de terras, inclusive na região da bacia, com a retirada de parcelamentos e ocupações irregulares sem saneamento básico. Essa é a ação do governo com maior eficiência para diminuir esse problema do lançamento do fósforo na área hídrica. Informou que também está sendo implantada a drenagem de Vicente Pires e de outras regiões como o Riacho Fundo e o Setor de Clubes. O ZEE é essencial e vai determinar quais as áreas com capacidade de suporte hídrico para captação e tratamento de esgoto, além de outros parâmetros para desenvolvimento de atividades econômicas e adensamento residencial. A apresentadora lembrou que a implantação de aterro sanitário é outra ação essencial, porque o lixão do Jóquei está nas duas pontas, na cabeceira, no Riacho Fundo e vai parar no Lago Paranoá. Do outro lado tem o Bananal que também vai parar no Lago Paranoá. Então qualquer vazamento que aconteça dá a volta pelos dois lados e alcança o Lago Paranoá. Ressaltou que também é feita a manutenção das unidades de conservação pelo IBRAM, com o apoio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá e a melhoria no processo de Licenciamento Ambiental, além do Fórum Mundial das Águas, Plano Diretor de Saneamento Básico, educação ambiental, fiscalização, em conjunto com vários órgãos do governo para melhorar a gestão

dentro da bacia etc. O conselheiro **SÉRGIO KOIDE (UNB)** ressaltou que, em relação à questão da bactéria, a UnB já observa esse problema há algum tempo. No ano passado foi mais forte no braço do Bananal onde se observaram as manchas que têm entrado pelos ventos. É um problema que sistematicamente vem acontecendo e está piorando ano a ano. Chamou a atenção para a proposta de retirada dos sedimentos que pode piorar a situação. A geração de sedimentos inorgânicos proveniente das obras têm se misturado com sedimentos orgânicos e mexer nisso vai suspender o sedimento orgânico e vai ter problema sério para o ar, isso é uma coisa que tem que tomar muito cuidado. Finalizou chamando a atenção para a questão do *By-pass* da ETE, que na verdade é fácil de monitorar. No canal de entrada da CAESB deveria ser instalado um medidor *on line* exatamente como a CAESB tem para medir o nível do Lago e dos rios. A medição do nível naquele canal é muito importante. Lembrou que quando se tem problema de mortandade de peixe por falta de oxigênio o problema vai além disto. Se foi a CAESB quem lançou ou se veio de outra bacia, isso não se sabe, mas a CAESB precisa medir naquele ponto. Essa é uma medida que precisa ser tomada para controlar melhor. Lembrou a questão da ETE Norte que foi relativamente bem resolvida pela CAESB utilizando os tanques de sedimentação. Quando ocorre o *By-pass* o esgoto é jogado nesses tanques e depois que passa a chuva você devolve a água. Porém, na ETE Sul esses tanques estão lá, só acumulando água, não está sendo feito nada com eles, mas a custo relativamente pequeno pode-se fazer a mesma coisa do que foi feito na ETE Norte. A CAESB já teve sucesso bastante razoável. Esta é uma questão que o Conselho deve recomendar à CAESB. A conselheira **MÔNICA VERÍSSIMO (FÓRUM de ONGs)** lembrou que tudo que foi falado nesta reunião sobre a pauta em comento serviu para trazer a este Conselho esclarecimentos sobre os fatos, pois muito se fala que o culpado na questão das algas no Lago é sempre a CAESB, contudo, estas informações esclarecem que as causas são diversas e que certamente vai se repetir nos anos seguintes. Salientou que é importante informar a sociedade das causas e consequências reais. A sociedade precisa ser informada que a Bacia do Paranoá está em sua capacidade máxima de suporte. O conselheiro **MONTENEGRO (ABES/DF)** lembrou que é preciso trazer à discussão a questão do esgoto clandestino, porque existe uma presença de esgoto onde não deveria existir: nas galerias de águas pluviais. Existe um foco de poluição transmitido para o Lago Paranoá pelas galerias de águas pluviais que recebe esgoto clandestino. Esse esgoto pode chegar lá intencionalmente, se alguém fez uma ligação de esgoto onde não devia. A CAESB presta serviços de água e esgoto e a regulamentação proíbe ao usuário ligar esgoto na galeria de águas pluviais e dá à CAESB a possibilidade de multar o usuário que assim o faça, com base no contrato de prestação de serviço implícito entre o usuário e a CAESB. Hoje a CAESB e a NOVACAP discutem sobre a propriedade das galerias e a responsabilidade do esgoto. O fato é que existem esgotos clandestinos mas sem ninguém para reprimir, prevenir e corrigir. Enquanto isso, ficamos sem saber quem é a autoridade que pode fazer o controle e a fiscalização. O Conselheiro sugeriu que esse conselho pautasse essa questão e convidasse os dirigentes desses dois órgãos para virem a este Conselho discutir isso. Lembrou que a CAESB tem um motivo a mais para cuidar do Lago, pois vai captar água do Lago para tratar, logo, deve ter bastante interesse no assunto e este Conselho também. Sugeriu que este tema seja integrado nas ações do governo. O **presidente ANDRÉ** submeteu ao conselho a apreciação das recomendações pautadas nesta reunião para que se faça uma conversa específica sobre isso numa próxima reunião, conforme sugerido pelo Montenegro e, na próxima reunião, convidar a CAESB, NOVACAP E ADASA para uma conversa sobre a questão levantada pelo Montenegro sobre o esgoto clandestino e galeria de águas pluviais. O **presidente ANDRÉ** solicitou que quando a Nota Técnica sobre o Lago Paranoá estiver conclusa seja encaminhada aos Conselheiros. A conselheira **RAQUEL BROSTEL (CAESB)** esclareceu que, sobre a questão do *By-pass* só na Bacia do Paranoá temos, aproximadamente, 200 mil ligações. Recentemente foi feito na Vila Planalto uma vistoria com o teste de fumaça, para ver quem está ligando esgoto na água pluvial. Este

processo é feito casa por casa, para ver se alguém ligou a água pluvial do telhado para a rede de esgoto. Das 45 ligações que foram feitas recentes, todas tinham uma espécie de irregularidade. A CAESB está se estruturando internamente para fazer uma fiscalização mais orientada porque não é possível fiscalizar ao longo do ano 200 mil ligações. Então deve ser feita uma fiscalização mais orientada, a partir dos dados de qualidade de água, de demandas da ouvidoria ou de ocorrências de entupimento. E no caso da ETE Sul e da ETE Norte é uma circunstância. A CAESB tem a ETE velha, que pode ser utilizada e está com um projeto para a ETE Sul e ETE Norte, para ser executado no ano que vem. Também está contratando empresa para fazer uma modelagem do Lago e uma avaliação para a melhoria das ETES. **O presidente ANDRÉ** leu a Minuta da Recomendação que será encaminhada à ADASA: “O CRH/DF reunido em 7 de dezembro de 2016, tendo apreciado a atual situação da crise de abastecimento de águas no DF recomenda à ADASA demandar à CAESB um plano de enfrentamento emergencial da crise hídrica para o Biênio 2017 e 2018, com detalhamento das ações, prazos, metas, os respectivos custos e as fontes de financiamento”. **O presidente ANDRÉ** submeteu à votação e a recomendação foi aprovada por unanimidade. Passou-se à leitura da Minuta da Moção ao juízo da Terceira Vara da Fazenda Pública do DF. “Considerando as informações divulgadas pela imprensa escrita do DF sobre a concessão de liminar em ação ajuizada pela Defensoria Pública do DF, contra a ADASA e a CAESB, pela Terceira Vara da Fazenda Pública do DF, relativa à cobrança de tarifa de contingência em razão da crise hídrica do DF; considerando a previsão legal constante do Artigo 46 da Lei Federal 11.445 de 2007, que estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, o Conselho de Recursos Hídricos do DF, reunido nesta data, vem se manifestar junto ao juízo da Terceira Vara da Fazenda Pública do DF, sobre a pertinência, oportunidade e necessidade de que seja mantida em vigor a cobrança da tarifa de contingência de água nos termos da Resolução da ADASA número 17, de 07 de outubro de 2016. Brasília 7 de dezembro de 2016”. **O presidente ANDRÉ** salientou que o conselho deve ressaltar na Moção a importância de que seja dada a máxima transparência na aplicação dos recursos da sobretaxa, nos termos da legislação pertinente. O que foi aprovado pelo Plenário. Não havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pelas contribuições e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes e, posteriormente, publicada seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.